

MINISTÉRIO DO ESPORTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE
FINANCIAMENTO AO ESPORTE

Termo de Compromisso nº 82/2023/MESP/DPPIE/CGDPE-EXC

Processo nº 58701.009799/2013-13

Interessado: Município de Palmitos

TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMITOS E O MINISTÉRIO DO ESPORTE.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO ESPORTE - MESP, CNPJ/MF 02.961.362/0001-74, situado no SMAS Trecho: 03 Conjunto: 03 – Edifício The Union - Setor Industrial Guará - Brasília/DF CEP: 70297-400, doravante denominada simplesmente MESP, representado neste ato pela Diretora de Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte, a Senhora **MICHELLE MOYSÉS MELUL VINECKY**, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade, portadora da Cédula de Identidade nº **2719943-SSP-DF** e CPF: **460.975.112-72**, nomeada na portaria nº 1.256, de 25 de janeiro de 2023, de outro lado, **MUNICÍPIO DE PALMITOS**, doravante denominada **PROPONENTE**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ nº **85.361.863/0001-47**, com sede na **RUA INDEPENDÊNCIA, 100, CEP 89887-000 PALMITOS - SC**, neste ato representada na forma de seu estatuto por seu Prefeito, **DAIR JOCELY ENGE**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº **150366, SSP-SC**, inscrito no CPF nº **031.845.879-91**, residente e domiciliado na **RUA EUCLIDES DA CUNHA, N° 103, CENTRO, CEP 89887-000 PALMITOS - SC**, com fundamento no que dispõem a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.180, de 03 de agosto de 2007, a Portaria ME nº 151, de 11 de julho de 2014 e Portaria nº 424 de 22 de junho de 2020, resolvem firmar o presente **TERMO DE COMPROMISSO**, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO DE COMPROMISSO tem por objeto estabelecer as obrigações do MESP e do PROPONENTE, visando à execução do projeto desportivo aprovado pela Comissão Técnica indicada no artigo 4º da Lei nº 11.438/06, constante nos autos do processo em epígrafe, referente ao projeto "**ILUMINAÇÃO DOS CAMPOS DE FUTEBOL MUNICIPAL**", cujo objetivo é discriminar o projeto das instalações elétricas necessário para atender a iluminação do campo de futebol do Distrito Santa Lúcia e do Distrito de Diamantina em Palmitos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PROJETOS TÉCNICOS

O detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução com os respectivos cronogramas, devidamente justificados, para o período de vigência deste Termo de Compromisso constam dos respectivos Projetos Técnicos, anexos ao Processo acima identificado, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações assumidas neste TERMO DE COMPROMISSO:

I – Do Proponente

- a) promover a execução do objeto do projeto na forma e prazos estabelecidos neste Termo e na legislação de regência da matéria;
- b) observar os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade na execução do projeto;
- c) indicar agência bancária da Caixa Econômica Federal, para abertura de conta vinculada ao Termo de Compromisso para recebimento do recurso captado, e se for o caso, do valor da contrapartida;
- c) aplicar os recursos captados exclusivamente na consecução do objeto, sob pena de sujeitar-se às sanções previstas no artigo 35 do Decreto nº 6.180/2007 e demais sanções penais e administrativas cabíveis;
- d) permitir e facilitar ao MESP, ou a quem este indicar, e ainda aos órgãos de controle interno e externo aos quais esteja subordinado ao MESP, a

qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, o acesso a toda documentação, dependências e locais do projeto, bem como atender às solicitações de informações, reparos, alterações, substituições ou regularizações de situações apontadas, no prazo estabelecido;

e) submeter os pedidos de alteração do projeto ao MESP;

f) informar imediatamente os eventos que dificultem ou interrompam o curso normal da execução do projeto na forma aprovada;

g) elaborar as prestações de contas observando as disposições contidas na Lei nº 11.438/06, Decreto nº 6.180/2007, a Portaria nº 424/2020 e demais atos normativos do MESP que versarem sobre a Lei de Incentivo ao Esporte;

h) devolver, após findada a vigência do presente Termo de Compromisso, o saldo dos recursos captados e não aplicados no projeto, mediante depósito à conta única da União, monetariamente atualizado, nos termos dos art. 59 da Portaria nº 424/2020;

i) comunicar previamente a Secretaria Nacional de Incentivo e Fomento ao Esporte quando da intenção de transferir recursos remanescentes da execução do projeto, observando o os termos do no art. 59 da Portaria nº 424/2020;

j) proceder, na divulgação das atividades, bens ou serviços resultantes do projeto, às disposições contidas no Capítulo VII, artigos 94 a 98 da Portaria nº 424/2020;

k) manter os recursos captados, a partir da sua disponibilização, aplicados no mercado financeiro em fundo de investimento lastreado por títulos públicos federais;

l) garantir o cumprimento do artigo 16 do Decreto nº 6.180/2007, com vistas a proporcionar condições de acessibilidade a pessoas idosas e portadoras de deficiência;

m) não realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência do presente Termo de Compromisso;

n) autorizar a instituição financeira, em caráter irrevogável e irretratável, a cumprir as determinações do MESP relativas às movimentações financeiras das contas correntes a que se refere o artigo nº 22 da Portaria nº 424/2020;

o) observar a Portaria nº 424/2020 para a aquisição e contratação de serviços pelo proponente.

p) garantir o acesso aos engenheiros/técnicos da Caixa Econômica Federal, em qualquer fase do projeto, bem como ofertar amplo acesso a qualquer

documento que for solicitado pela área técnica da Caixa Econômica Federal e Ministério do Esporte.

II – Do Ministério do Esporte

- a) se estiver enquadrado no artigo 4º, da Portaria nº 424/2020, disponibilizar login e senha de consulta ao MESP.
- b) receber relatórios periódicos da equipe técnica da Caixa Econômica Federal, a qual estará responsável por acompanhar e monitorar a execução do projeto aprovado;
- c) solicitar a abertura das contas correntes bancárias específicas, nos termos da Portaria nº 151/2014;
- d) desbloquear os recursos financeiros da conta captação, de acordo com a sinalização da Caixa Econômica Federal, nos termos do ofício encaminhado à DPPIE, conforme o andamento da execução do projeto aprovado;
- e) sugerir a inscrição do Proponente como inadimplente - no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, quando houver atraso injustificado na entrega da prestação de contas final, e também na hipótese de a prestação de contas não ser aprovada e exaurida todas as providências cabíveis;
- f) sugerir a instauração Tomada de Contas Especial, nos casos previstos no art. 38, da Portaria nº 151/2014.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

A vigência deste TERMO DE COMPROMISSO iniciará a partir da data de sua assinatura e findará em **28/07/2023**, podendo ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, conforme previsto no artigo nº 16, da Portaria nº 151/2014.

Subcláusula Única – para cumprimento da execução do projeto, o PROPONENTE poderá solicitar ao MESP a prorrogação da vigência, no prazo mínimo de 30 dias antes do término da vigência.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para implementação do projeto, a Comissão Técnica da LIE aprovou o pleito no valor total de **R\$ 442.878,85 (quatrocentos e quarenta e dois mil oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos)**, sendo **R\$ 428.233,00** (quatrocentos e vinte e oito mil duzentos e trinta e três reais) referente ao **valor total captado**, do qual será descontado **R\$ 19.000,00** (dezenove mil reais) **da tarifa acumulada da Caixa Econômica Federal**, já depositados na conta específica, que será desbloqueada de acordo com a autorização do MESP.

O valor restante de **R\$ 14.645,85** (quatorze mil seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos) é referente à contrapartida assumida pela entidade proponente junto à Caixa Econômica Federal, para a execução integral do objeto.

As despesas não poderão ser realizadas anteriores à celebração deste Instrumento ou posteriores ao prazo de execução do projeto desportivo ou paradesportivo aprovado, sob pena de ressarcimento e demais penalidades cabíveis.

Os recursos deverão ser movimentados, única e exclusivamente, na Caixa Econômica Federal, Agência nº **1080**, em conta corrente bancária de nº **00071038-3**, em nome do Proponente, vinculada a este Termo de Compromisso.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

O Proponente deverá apresentar toda a documentação relativa a prestações de contas ao MESP, a qual será submetida a avaliação pela equipe técnica da Caixa Econômica Federal, de acordo com os prazos estipulados, acompanhadas dos documentos exigidos pelo art. 34 da Portaria nº 151/2014;

Subcláusula Primeira – Os originais dos documentos comprobatórios das receitas e despesas deverão ser arquivados na sede do Proponente por, no mínimo, dez anos, após a aprovação da prestação de contas, permanecendo à disposição do MESP e demais órgãos de controle interno e externo, quando necessário.

Subcláusula Segunda – O MESP poderá designar funcionários para efetuar inspeção ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização dos recursos ou bens de origem da Lei de Incentivo ao Esporte, devendo o Proponente atender as solicitações necessárias ao cumprimento da diligência, sob pena de suspensão da execução do projeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão deste Termo de Compromisso:

- a) o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e
- c) a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA OITAVA – DA TARIFA DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

O PROPONENTE é responsável pelas despesas extraordinárias incorridas durante a execução do projeto, nas seguintes situações:

- a) necessidade de verificação físico-financeira (Prestação de Contas Parcial) extraordinária;
- b) vistorias extras não previstas originalmente no cronograma, incorridas por interesse do PROPONENTE;
- c) reanálise de produto/reprogramação/reanálise de projetos de engenharia e social, não previstas originalmente, decorrentes de alterações no Termo de Compromisso, incorridas por interesse do PROPONENTE; e
- d) necessidade de apoio da equipe técnica da Caixa Econômica Federal, para as situações que ensejarem investigação de possíveis irregularidades capazes de ensejar a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA NONA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pelo MESP, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias, contados a partir da assinatura do Termo de Compromisso, para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Termo de Compromisso será obrigatoriamente destacada a participação do

Proponente, do MESP, bem como o objeto de aplicação dos recursos e a inserção da Bandeira Nacional, observado o disposto no §1º, do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

No tocante aos bens remanescentes, os bens patrimoniais resultantes dos projetos incentivados pela Lei nº 11.438/2006, permanecerão sob a guarda e responsabilidade do Proponente, pelo prazo de 20 (vinte) anos, a partir da data de apresentação do projeto, para assegurar a continuidade dos objetivos do projeto. Após esse período, todas as benfeitorias custeadas por recursos incentivados passam para a propriedade do Proponente.

Em caso de extinção da entidade proponente, os referidos bens deverão ser transferidos a outra pessoa jurídica que venha a promover a continuidade daquela ação, a exemplo do que acontece nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ou o valor das benfeitorias custeadas por recursos incentivados deverá ser integralmente devolvido ao patrimônio da União.

No caso de alienação do imóvel o valor das benfeitorias custeadas por recursos incentivados deverá ser integralmente devolvido ao patrimônio da União.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília-DF, para dirimir qualquer dúvida ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, observando-se, entretanto, a legislação de regência para os casos específicos.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente TERMO DE COMPROMISSO, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

MICHELLE MOYSÉS MELUL VINECKY

Diretora de Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte
Ministério do Esporte

DAIR JOCELY ENGE

Prefeito
Município de Palmitos

TESTEMUNHAS:

NOME: David Fuezi Lima de Oliva
Luiz Magdalena de Oliveira

NOME: André

ENDEREÇO: MESP
MESP

ENDEREÇO:

CPF Nº: 018.010.571-09
005.388.291-17

CPF Nº:

Documento assinado eletronicamente por **Dair Jocely Enge, Usuário Externo**, em 22/03/2023, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .

Documento assinado eletronicamente por **David Fuezi Lima de Oliva, Coordenador(a)-Geral de Desenvolvimento da Política de Financiamento ao Esporte**, em 27/03/2023, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .

Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Magdalena de Oliveira, Coordenador(a)-Geral de Gestão da Lei de Incentivo ao Esporte**, em 27/03/2023, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .

Documento assinado eletronicamente por **Michelle Moysés Melul Vinecky, Diretor(a) de Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte**, em 27/03/2023, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **13667186** e o código CRC **CF3F8B05**.

Referência: Processo nº 58701.009799/2013-13